

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012

Fornecedores impedidos de reclamar às câmaras facturas não orçamentadas

Governo quer reforçar o controlo da despesa, até junto do prestador do serviço. Sem cabimento não há pagamento



BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

O Governo quer reforçar o controlo sobre as dívidas dos municípios a fornecedores. Para isso, prevê, na proposta do Orçamento do Estado para 2012, uma penalização inovadora, precisamente, para os fornecedores: quando a prestação do serviço não tiver sido facturada de forma correcta, isto é, com “o número de cabimento e a identificação clara do emitente”, o prestador do serviço – seja um empreiteiro ou um restaurante – deixa de poder reclamar o respectivo pagamento à autarquia.

Além disso, o Governo reforça a responsabilização dos dirigentes municipais responsáveis pela emissão irregular das facturas, ou notas de encomenda, prevendo punição em sede “disciplinar, financeira, civil e criminal”. Na prática, trata-se de garantir, de forma dupla, que os compromissos assumidos pelas autarquias têm orçamentada a respectiva dotação financeira, para garantir que o pagamento se cumpre. Por um lado, se não prestarem atenção, os fornecedores perdem o direito a ser compensados pelo serviço; por outro, os dirigentes podem ser penalizados a vários níveis.

Actualmente, a Lei de Enquadramento Orçamental já prevê que as despesas tenham de dispor de “inscrição orçamental” e ter “cabimento na correspondente dotação”. O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) reforça esta exigência. Os dirigentes também já podem ser responsabilizados quando violem disposições legais.

Até Junho, as dívidas das autarquias a fornecedores eram de 2,3 mil milhões de euros.

Partilha de responsabilidades

A grande inovação desta regra reside, pois, “no que respeita ao impedimento dos fornecedores reclamarem o pagamento, pois partilha a responsabilidade”, esclarece o jurista Duarte Lebre de Freitas, da RPA. Pedro Melo, advogado da PLMJ, está de acordo: “o que me parece uma novidade é o ónus que recai agora sobre os operadores económicos, em particular sobre os adjudicatários da Administração Local”, que passam a controlá-la.

“Admito que esta ideia se revele frutuosa, por via desta co-responsabilização” das duas partes, afirma Pedro Melo. Ribau Esteves, dirigente da Associação Nacional de Municípios, reconhece méritos. “Sem dúvida que é um mecanismo que tem de se aceitar como sensato para forçar a regra do cabimento”, sublinha. Joaquim Freitas da Rocha, especialista em finanças locais da Universidade do Minho, também aplaude: “Parece-me uma boa medida no sentido de incutir responsabilidade”.

Actualmente, algumas câmaras têm prazos médios de pagamento muito elevados, precisamente por não terem dotação – ou não terem tido – para pagar as despesas que assumiram. No total, a dívida a fornecedores é de cerca de 2,3 mil milhões de euros. Esta pode ser uma forma de o Governo evitar o aparecimento de novas “Madeiras” nas autarquias. Recorde-se que a derrapagem na Madeira resultou de despesas não orçamentadas.

Governo acredita que os municípios vão reduzir dívida



O Governo diz-se consciente do esforço adicional que vai ser imposto aos municípios, com os novos limites para o endividamento líquido, mas acredita que a redução que vai ser exigida é alcançável. Paulo Júlio, secretário de Estado da Administração Local, sublinha ao Negócios que “os municípios têm 10 anos para reduzir o endividamento em excesso que vão passar a ter”, acrescentando que, para reduzir a dívida a mais “vão contar as amortizações de empréstimos que não estão excepcionados”. A isso, admite o governante, terá de se somar “uma redução da despesa, corrente e de capital”. “Vai haver muitos municípios que vão ficar acima do limite de endividamento, mas não vão ser penalizados com a retenção de 10% das transferências, como até agora”. Recorde-se que, tal como noticia hoje o Negócios, a Associação Nacional de Municípios Portugueses acredita que dois terços das câmaras ficam em risco de ruptura financeira com os novos limites impostos pelo Governo no Orçamento do Estado. “Admito que isso possa acontecer, mas apenas naqueles que já estavam perto de entrar em ruptura”, esclareceu. O investimento é que se vai ressentir, afirma Paulo Júlio.



Farmacêuticas negam crescimento

O secretário de Estado da Saúde mostrou-se recentemente preocupado com o crescimento, em Agosto, da despesa com

medicamentos nos hospitais. O presidente da Apifarma, Almeida Lopes, diz que é preciso “encontrar números fiáveis”